Eduardo Assad
Pesquisador da Embrapa Informática

Os desafios do Programa ABC

Por Paulo Roque

MEMBRO DO comitê científico do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas e ex-secretário de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Assad coordenou o estudo *Agricultura de Baixa Emissão de Carbono: a evolução de um novo paradigma*, uma realização do recém-lançado Observatório ABC pelo GVAgro, da Fundação Getulio Vargas, que visa monitorar a implementação do Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono) e promover esforços envolvendo diferentes setores da sociedade na transição do Brasil para uma economia de baixo carbono. Segundo o estudo, caso não haja um esforço para aumentar a adesão de produtores e o número de contratos do Programa ABC (linha de crédito do Plano ABC), o País pode ter dificuldades em atingir a meta de redução das emissões de gases do efeito estufa do setor agropecuário até 2020, assumida por meio de acordo firmado na COP-15 (Conferência das Partes sobre o Clima), realizada em 2009, em Copenhague.

AGROANALYSIS Qual o objetivo deste estudo?

EDUARDO ASSAD É fazer uma primeira avaliação da situação do Plano ABC (Plano de Agricultura de Baixa Emissão Carbono), após três anos de existência. Estamos tentando identificar quais são os principais gargalos, onde está indo bem ou mal, o que é preciso ser feito e, a partir daí, apresentar sugestões ao Governo para podermos deslanchá-lo. A ideia é essa.

AGROANALYSIS E de onde essa ideia surgiu?

EA A partir do momento em que a FGV criou o Observatório do ABC. Preocupada com as questões do aquecimento global, a FGV, no passado, já havia criado o Observatório do Clima e, agora, pelo GVAgro, criou o Observatório do Plano ABC. O Plano ABC é um dos dez planos setoriais da Política Nacional sobre Mudança do Clima, e o Observatório do ABC vai acompanhar suas ações e verificar se ele está atingindo suas metas.

AGROANALYSIS Quem são os financiadores desse projeto?

EA É a Aliança pelo Clima e Uso da Terra (CLUA, sigla em inglês de Climat and Land Use Alliance), que pediu três estudos à FGV: primeiramente, ver quais são os principais *back holders* e como está tudo funcionando, e estamos lançando o Observatório ABC; o segundo estudo visa verificar a sua efetividade, se o Plano e o Programa estão bem enquadrados, se é uma coisa conhecida, enfim se está tendo essa capilaridade necessária; e o terceiro visa verificar se as ações, principalmente os contratos, estão indo bem ou não, se está tudo de acordo com o que o Governo está fazendo, se o que foi prometido está sendo executado.

AGROANALYSIS O Programa iLPF (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta) é de 2011. Já dá para tirar alguma conclusão?

EA Pouca. Antes, é bom lembrar que o Programa iLPF acabou de ser transformado em lei, um decreto criando o iLPF



DIVULGAÇÃO

> “É preciso melhorar e reduzir a burocracia e ampliar a capilaridade do Plano.”

como uma forma de ação de sustentabilidade na agricultura brasileira e, com isso, recebendo alguns benefícios fiscais. Na verdade, em 2010, o iLPF já fazia parte de um dos itens do Plano ABC. Em 2009, por ocasião da COP-15, quando o presidente da República assumiu, em Copenhague, compromissos voluntários sobre de redução de emissão, um destes compromissos dizia respeito à agricultura. E, na agricultura, havia quatro itens: integração lavoura-pecuária, que é o iLPF, melhoramento das pastagens ou recuperação de pastos degradados, plantio direto e fixação biológica de nitrogênio. Posteriormente, foram introduzidos florestas e aproveitamento de dejetos animais.

Agroanalysis E já dá para tirar alguma conclusão sobre estes compromissos relacionados ao Plano ABC?

EA Em 2010, o Plano não teve execução nenhuma, zero; em 2011, começou a pegar velocidade, com R$ 400 milhões executados; em 2012/2013 chegou até o último mês de janeiro a R$ 1,8 bilhão. Começou com R$ 2 bilhões disponibilizados, em 2010; depois, passou para R$ 3,15 bilhões, em 2011; e, em 2012/2013, a R$ 3,4 bilhões. Ainda não conseguimos executar esse dinheiro todo e aproximadamente R$ 2 bilhões ainda estão disponíveis no BNDES. O dinheiro destinado ao Banco do Brasil foi praticamente todo executado, mas o que está no BNDES ainda não, cerca de R$ 100 milhões e pouco. Então, há necessidade de rever a posição deste operador. O BNDES é um banco muito bom para grandes negócios, mas, quando se trabalha com agricultura, a média de financiamento que observamos é em torno de R$ 300 mil a R$ 400 mil, nível pequeno e caro para ele financiar. O BNDES deve repassar estes recursos para outros bancos que tenham capilaridade para que cheguem ao agricultor; caso contrário, vamos ficar patinando.

Agora, o lado ruim da história é que, até o momento – meses de março a maio, atualizando para hoje (dia 14 de maio) –, chegamos a mais ou menos a 6 mil contratos. Para poder atingir a meta até 2020, estimamos a necessidade, só em recuperação de pastagens, de 70 mil contratos. Foram feitos 220 projetos em integração lavoura-pecuária – estamos falando em 4 milhões de hectares de integração lavoura-pecuária. Temos que acelerar esse procedimento ou teremos dificuldades em cumprir essas metas. Do ponto de vista técnico, se isso for feito, não só cumprimos as metas, como ultrapassamos o limite que foi colocado em Copenhague em duas ou três vezes. É preciso melhorar e reduzir a burocracia e ampliar a capilaridade do Plano. Temos que atingir os municípios que precisam realmente desses recursos. Temos que identificar as áreas que estão com pastos degradados, ir lá e financiar. Temos que fomentar a integração lavoura-pecuária.

> “Estamos mudando o paradigma: a proposta é deixar de financiar itens (...) e financiar sistemas de produção”

Agroanalysis Qual foi o motivo da baixa adesão dos nortistas e nordestinos?

EA É isso que estamos tentando entender. O perfil do produtor na região Nordeste está muito ligado à agricultura familiar e, aí, há o Pronaf, com juro de 1%; o juro do Programa ABC é de 5%, então não é atrativo. No Centro-Oeste, por exemplo, existe o Fundo Centro-Oeste, um fundo constitucional e os juros são de 3%. É preciso discutir uma equalização disso para que o Programa ABC deslanche, para que seja atrativo, e, ao mesmo tempo, buscar outras tecnologias mais adaptadas às regiões.

Agroanalysis Pode-se dizer que está havendo uma falta de comunicação com o produtor rural?

EA Esse foi o principal problema detectado – e é a principal necessidade – quando o Plano foi feito. Há uma necessidade muito forte de comunicação e transferência de tecnologia. O Plano ABC ainda é pouco conhecido. Entender a iLPF não é fácil. Por exemplo, o plantio direto vai por si só. Depois que fizemos o Plano ABC, previmos que a área com plantio direto sairia dos 27 milhões de hectares para 33 milhões de hectares, e, hoje, já são 31 milhões de hectares. Agora, vem a fixação biológica de nitrogênio, cujo alvo principal é a soja, porém pedimos cinco anos de prazo para ampliarmos a pesquisa às gramíneas, feijão, milho. A Embrapa tem condições de soltar novas bactérias fixadoras de nitrogênio, mas precisa de mais um tempo e mais investimentos em pesquisa. Vamos começar a monitorar a fixação biológica a partir de 2015 e, até lá, esperamos que novos produtos já estejam na praça.

Agroanalysis Como deve ser feita a comunicação entre pesquisa, indústria e campo?

EA É preciso chamar o setor privado para os comitês gestores do Plano ABC, inclusive para ajudar a monitorar quanto a incentivos. A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), por exemplo, tem um papel fundamental, porque, além dos sindicatos espalhados pelo Brasil inteiro, a entidade possui uma grande facilidade de comunicação. Nesse contexto, também se enquadram o Ministério da Agricultura e a Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha, que tem setenta e tantos associados. É um pacto e é um novo paradigma. É a sociedade que, atuando com essas tecnologias propostas, vai fazer com que a agricultura brasileira preste um grande serviço ambiental para o planeta.

A sociedade não conhece o Plano. Tem

que haver maior difusão. Temos 2 mil sindicatos e mais de 800 cooperativas de leite, de grãos e de carne que têm aderência forte ao Plano. Temos 4 mil e poucos escritórios das Emater, que precisam conhecê-lo, e mais de 400 universidades despreparadas para ajudar na sua difusão. Esse povo tem que entrar no jogo.

Agroanalysis Até 2020?

EA Não, até 2014. Estamos mudando o paradigma: a proposta é deixar de financiar itens – por exemplo, lavoura de soja, lavoura de milho, lavoura de trigo – e financiar sistemas de produção. A fazenda vai ser produtiva o ano inteiro. Isso muda um pouco as regras de financiamento, porque o banco está acostumado a financiar item por item; agora, vai ter que financiar o sistema inteiro. Não é uma coisa de entendimento trivial para quem está há trinta, quarenta anos financiando por item.

Agroanalysis Como o produtor rural passará a apresentar seu projeto para conseguir o financiamento?

EA Esse é outro desafio. Temos que ensinar as empresas de planejamento a fazer os projetos vinculados ao Plano ABC, segundo o que está na lei. A adesão é espontânea, cabe aos atores governamentais fomentar a adesão a essa lei. E isso significa esse grande pacto com a sociedade; caso contrário, não vamos conseguir. Refiro-me à sociedade como um todo, porque o problema é planetário. As soluções são locais, mas o problema mundial. A sociedade, principalmente a urbana, precisa saber que a agricultura brasileira é um dos poucos setores da economia que, num curto espaço de tempo, tem meios de sair da condição de emissora de gás do efeito estufa para sequestradora de carbono.

Temos nas mãos o maior plano em termos de escala e financiamento de redução de gases do efeito estufa do mundo: 15 milhões de hectares de pastos, 4 milhões de hectares de integração lavoura-pecuária, 5 milhões de hectares de fixação biológica de nitrogênio. E poucos são os países que têm um povo como o nosso, com predisposição às mudanças. Há trinta anos, saímos de uma agricultura muito ruim para ser o *player* mundial em termos de produção agrícola. Os outros países levaram duzentos anos.

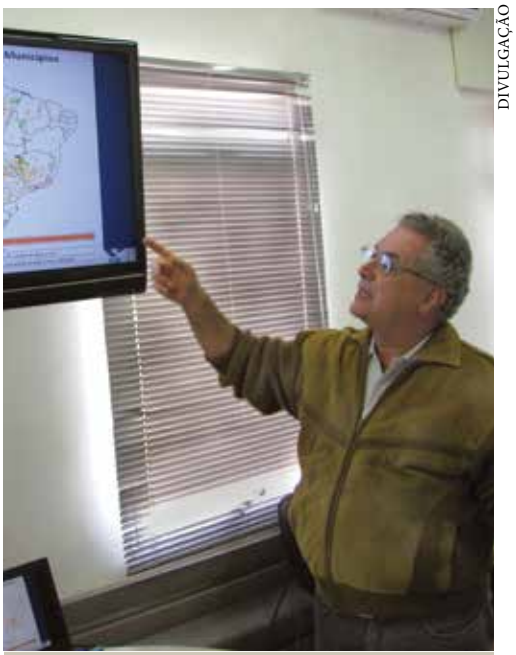
Agroanalysis Para atingir as metas, serão necessárias mudanças no Plano?

EA Precisamos de recursos e treinamentos. Não chamaria de mudança, mas adequação. A maioria dos estados tem plano de mudanças do clima: dos vinte e seis existentes no Brasil, seis têm aderência ao Plano ABC. Os outros que façam a adequação de sua política de mudança do clima e que incluam a agricultura e o Plano ABC. O segundo ponto é que os recursos que foram estabelecidos no Plano devem chegar para que possamos fazer esse treinamento, essa disseminação em 5 mil municípios. Se conseguirmos isso, mudamos a cara do Brasil em termos de agricultura. É um serviço ambiental. Vai ser difícil não certificar os produtos agrícolas brasileiros.

O Ministério da Agricultura criou os diversos Comitês Estaduais, mas, quando analisamos os vinte e seis estados e os contratos que surgiram, percebemos lentidão. São 6 mil contratos, é muito pouco. Estamos falando de um universo de 2 milhões de agricultores. É preciso acelerar a extensão rural e treinar essas pessoas para que saibam fazer os projetos e que o agricultor saiba usá-los.

Agroanalysis Como os outros países veem esse projeto?

EA Com apreensão. Como um país em desenvolvimento como Brasil vai a Copenhague e propõe reduzir emissão voluntariamente, enquanto os Estados Unidos não assinaram Kyoto? No início, pensou-se que fosse bravata, mas não é, porque virou lei; depois, começamos a apresentar metodologias e tecnologias que são absolutamente viáveis. A França chamou-nos para saber como conseguimos juntar ciência e tecnologia com política pública. Nós saímos dos gabinetes e dos laboratórios, fomos aos ministros e apresentamos a solução do problema. Existe uma sinergia muito grande, nessas ações de soluções de aquecimento global, entre ciência e tecnologia e políticas públicas. O que falta é mais investimento. Em termos de escala, é um dos poucos países que, num determinado momento, vai botar na mesa o seguinte: "Tenho tantos bilhões de toneladas de carbono. Quer fazer compensação? Você emitiu, eu estou sequestrando. Vamos compensar? Isso tem um preço.". Esse é o futuro. ■



DIVULGAÇÃO

> "Temos nas mãos o maior plano em termos de escala e financiamento de redução de gases do efeito estufa do mundo..."